

17/05/2016

SEGUNDA TURMA

**HABEAS CORPUS 133.984 MINAS GERAIS**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. CÁRMEN LÚCIA</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: RENATO DE DEUS VIEIRA</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

**EMENTA:** HABEAS CORPUS. *DELITO DO ART. 16, CAPUT, DA LEI N. 10.826/2003. PACIENTE PORTANDO MUNIÇÃO. ATIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. ORDEM CONCEDIDA.*

1. A análise dos documentos pelos quais se instrui pedido e dos demais argumentos articulados na inicial demonstra a presença dos requisitos essenciais à incidência do princípio da insignificância e a excepcionalidade do caso a justificar a flexibilização da jurisprudência deste Supremo Tribunal segundo a qual o delito de porte de munição de uso restrito, tipificado no art. 16 da Lei n. 10.826/2003, é crime de mera conduta.

2. A conduta do Paciente não resultou em dano ou perigo concreto relevante para a sociedade, de modo a lesionar ou colocar em perigo bem jurídico na intensidade reclamada pelo princípio da ofensividade. Não se há subestimar a natureza subsidiária, fragmentária do direito penal, que somente deve ser acionado quando os outros ramos do direito não forem suficientes para a proteção dos bens jurídicos envolvidos.

3. Ordem concedida.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência do Ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade, **em conceder a ordem para**

**HC 133984 / MG**

**confirmar a liminar deferida e restabelecer a decisão da Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, proferida no julgamento da Apelação Criminal n. 1.0702.09.603123-3/001, pela qual se absolveu o Paciente, com base no art. 386, inc. III, do Código de Processo Penal, por não perceber lesão ou ameaça de lesão ao bem jurídico tutelado pelo art. 16, *caput*, da Lei n. 10.826/2003, nos termos do voto da Relatora. Ausente, justificadamente, o Ministro Dias Toffoli.**

Brasília, 17 de maio de 2016.

Ministra CÁRMEN LÚCIA - Relatora

17/05/2016

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 133.984 MINAS GERAIS

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
PACTE.(S)	: RENATO DE DEUS VIEIRA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RELATÓRIO

**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Relatora):**

1. *Habeas corpus*, com requerimento de medida liminar, impetrado pela Defensoria Pública da União, em benefício de Renato de Deus Vieira, contra decisão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que, em 8.3.2016, negou provimento ao Agravo Regimental no Recurso Especial n. 1.469.322, Relator o Ministro Jorge Mussi.

#### O caso

2. O Paciente foi denunciado pela prática do delito do art. 16, *caput*, da Lei n. 10.826/2003:

*“No dia 11 de julho de 2009, por volta das 22:00 horas, na rua Encanador, bairro Planalto, nesta cidade, o denunciado portava, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, uma munição de uso proibido, especificamente um cartucho calibre 0.40 marca S & W.*

*Segundo se apurou, na ocasião dos fatos, policiais militares avistaram o denunciado em via pública e o abordaram, para fiscalização de rotina. Após breve busca pessoal, os milicianos encontraram referido cartucho em poder do denunciado, que foi preso em flagrante delito.*

*A materialidade delitiva consubstancia-se no Auto de Apreensão (...), e no Laudo Pericial de Eficiência em Munição”.*

3. A denúncia foi recebida, autuou-se a ação penal com o número

**HC 133984 / MG**

0702.09.603123-3. Em 20.3.2013, o Juízo da Terceira Vara Criminal da Comarca de Uberlândia/MG julgou procedente a denúncia para condenar o Paciente à pena de três anos de reclusão, substituída por duas penas restritivas de direitos consistente em prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária, e dez dias-multa, sendo fixado o regime inicial aberto e concedido o direito de recorrer em liberdade.

4. A defesa interpôs a Apelação Criminal n. 1.0702.09.603123-3/001. Em 11.12.2013, a Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais não conheceu desse recurso por ser intempestivo, mas concedeu a ordem de ofício para absolver o Paciente com base no art. 386, inc. III, do Código de Processo Penal, por não perceber lesão ou ameaça de lesão ao bem jurídico tutelado pelo art. 16, *caput*, da Lei n. 10.826/2003:

*“APELAÇÃO CRIMINAL – PORTE DE MUNIÇÃO DE ARMA DE FOGO – ABSOLUTA INEXISTÊNCIA DE LESÃO OU PERIGO DE LESÃO AOS BENS JURÍDICOS TUTELADOS – RECURSO NÃO CONHECIDO POR INTEMPESTIVIDADE – HABEAS CORPUS DE OFÍCIO – ORDEM CONCEDIDA PARA ABSOLVER O RÉU, QUE ESTÁ NA IMINÊNCIA DE SOFRER COAÇÃO ILEGAL, NOS TERMOS DO ART. 386, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.*

*Uma vez que a conduta imputada ao sentenciado não representou qualquer perigo de lesão aos bens jurídicos tutelados pela norma, imperiosa a reforma da sentença que condenou o apelado, sob pena de adotar-se medida desarrazoada e completamente despida de bom senso”.*

5. Contra esse acórdão a acusação opôs embargos de declaração, rejeitados em 19.2.2014, e, posteriormente, o Recurso Especial n. 1.469.322, admitido e distribuído ao Ministro Jorge Mussi, do Superior Tribunal de Justiça.

6. Em 25.8.2015, o Ministro Jorge Mussi, do Superior Tribunal de Justiça, deu provimento ao Recurso Especial n. 1.469.322, *“para afastar a atipicidade da conduta e cassar a ordem concedida pelo Tribunal de Justiça, restabelecendo a condenação imposta na sentença”*. Este o teor da decisão:

**HC 133984 / MG**

*“Trata-se de recurso especial interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que não conheceu do apelo defensivo por ser intempestivo, e concedeu habeas corpus de ofício para absolver o recorrido da imputação prevista no art. 16, caput, da Lei n. 10.826/03, por atipicidade de conduta.*

*Sustenta o Parquet estadual negativa de vigência ao art. 16 da Lei n. 10.826/03, argumentando que, ao contrário do firmado no aresto objurgado, o crime de posse de munição de uso restrito é formal, de mera conduta e de perigo abstrato, se consumando independentemente da quantidade de munição apreendida ou do fato de estar desacompanhada da respectiva arma de fogo.*

*Requer, desse modo, o provimento do apelo nobre, para que seja reconhecida a tipicidade da conduta imputada ao recorrido, restabelecendo-se a condenação imposta na sentença.*

*Apresentadas as contrarrazões (fls. 281 a 287), após o juízo positivo de admissibilidade (fl. 289), os autos ascenderam a esta Corte Superior de Justiça, tendo o Ministério Público Federal, na condição de custos legis, se manifestado pelo provimento da irresignação (fls. 303 a 307).*

*É o relatório.*

*Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, passa-se ao exame do mérito recursal.*

*Acerca do assunto em discussão, assim tratou o acórdão recorrido, in verbis:*

*Contudo, no caso vertente, não se pode olvidar que o recorrente portava apenas 01 munição de calibre 40.*

*Tal conduta não representa qualquer lesão, ou mesmo perigo de lesão aos bens jurídicos tutelados pela norma, seja imediato - incolumidade pública, ou mediatos - vida, integridade física, patrimônio, liberdade, dentre outros.*

*Assim, para não adotar medida desarrazoada, completamente despida de bom senso, hei por bem dar provimento ao recurso, reformando a sentença que condenou o recorrente mediante o fundamento de atipicidade material da conduta, eis que a apreensão de 01 (uma) munição de calibre 40*

**HC 133984 / MG**

*com o apelante não representa qualquer ofensa ao bem jurídico tutelado. (fls. 224 e 225)*

*Verifica-se, pois, que o Tribunal estadual decidiu pela atipicidade da conduta de possuir munição desacompanhada de arma, entendendo pela inexistência de ofensividade ao bem jurídico tutelado.*

*Contudo, no que se refere ao disposto no art. 16 da Lei nº 10.826/03, esta Corte Superior já firmou a compreensão de que a previsão do delito em exame busca tutelar a segurança pública, colocada em risco com a posse ou porte de arma, acessório ou munição à revelia do controle estatal, não impondo à sua configuração, pois, resultado naturalístico ou efetivo perigo de lesão.*

*Dessarte, basta o simples porte ou posse de arma de fogo, munição ou acessório, de uso permitido ou restrito, em desacordo com determinação legal ou regulamentar para a incidência do tipo penal, uma vez que a impossibilidade de uso imediato da munição não descaracteriza a natureza criminosa da conduta.*

*(...)*

*Dessa forma, ao considerar a atipicidade da conduta de posse de munição praticada pelo recorrido, a instância a quo dissentiu da jurisprudência do STJ sobre o tema.*

*Por todo o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, cumulado com o art. 3º do Código de Processo Penal, dá-se provimento ao recurso especial para afastar a atipicidade da conduta e cassar a ordem concedida pelo Tribunal de Justiça, restabelecendo a condenação imposta na sentença”.*

7. Contra essa decisão foi interposto agravo regimental pela defesa, ao qual a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça negou provimento em 8.3.2016:

*“AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PORTE ILEGAL DE MUNIÇÃO DE USO RESTRITO. TIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. LESÃO À SEGURANÇA PÚBLICA E À PAZ COLETIVA. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.*

*1. Os crimes de perigo abstrato são os que prescindem de comprovação da existência de situação que tenha colocado em risco o*

**HC 133984 / MG**

*bem jurídico tutelado, ou seja, não se exige a prova de perigo real, pois este é presumido pela norma, sendo suficiente a periculosidade da conduta, que é inerente à ação.*

*2. As condutas punidas por meio dos delitos de perigo abstrato são as que perturbam não apenas a ordem pública, mas lesionam o direito à segurança, daí porque se justifica a presunção de ofensa ao bem jurídico.*

*3. O simples fato de portar ilegalmente munição de uso restrito caracteriza a conduta descrita no artigo 16 da Lei 10.826/2003, por se tratar de crime de perigo abstrato, cujo objeto imediato é a segurança coletiva.*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento”.*

**8.** Esse julgado é o objeto do presente *habeas corpus*, no qual o Impetrante pede a aplicação do princípio da insignificância e alega a atipicidade material da conduta imputada ao Paciente.

*Ressalta que “o Direito Penal só deve ser invocado quando houver lesão ou perigo concreto de lesão ao bem jurídico tutelado pela norma penal, o que não restou demonstrado in casu. Vejamos, inclusive, que na sentença penal condenatória, o i. Magistrado (...) consignou que o paciente não sabia, sequer, usar o artefato que portava”.*

*Sustenta que a “posse de apenas uma munição não tem o condão, por si só, de causar qualquer que seja lesão à sociedade. Por mais que haja verificação e comprovação por perícia da eficiência do material apreendido, não há prova nos autos de que a incolumidade pública ou integridade física de nenhuma pessoa tenha ocorrido risco direto e concreto”.*

**Este o teor dos pedidos:**

*“A) seja conhecido o presente writ, concedendo-se a medida liminar pretendida, até a decisão final do mérito, para que seja suspensa a execução relativa à Ação Penal n.º 0702.09.603123-3 – 03ª Vara Federal da Comarca de Uberlândia – MG;*

*B) no mérito, seja reconhecida a atipicidade da conduta do*

**HC 133984 / MG**

*paciente”.*

9. Em 12.4.2016, deferi a medida liminar requerida para suspender a execução da pena imposta ao Paciente na Ação Penal n. 0702.09.603123-3 até o julgamento do mérito desta impetração, requisitei informações e determinei vista ao Procurador-Geral da República.

10. As informações foram prestadas e a Procuradoria-Geral da República opinou *“pelo não conhecimento do writ e, se conhecido, pela denegação da ordem, com a revogação da liminar concedida”*.

É o relatório.



17/05/2016

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 133.984 MINAS GERAIS

**VOTO**

**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Relatora):**

1. Razão jurídica assiste à Impetrante.

2. Afasto a alegação exposta no parecer da Procuradoria-Geral da República de descabimento do presente *habeas corpus* por ser utilizado como sucedâneo de revisão criminal.

O acórdão impugnado transitou em julgado no Superior Tribunal de Justiça em 18.4.2016, e o presente *habeas corpus* foi protocolizado em 10.4.2016, antes desse trânsito, pelo que pode ser apreciado sem que seja tido como sucedâneo de revisão criminal.

3. Sustenta a defesa ser aplicável na espécie o princípio da insignificância.

4. É consabido não se poder perceber a tipicidade penal como o trivial exercício de adequação do fato concreto à norma abstrata. Além da correspondência formal, para a configuração da tipicidade faz-se necessária análise materialmente valorativa das circunstâncias do caso concreto para se verificar a ocorrência de lesão grave, contundente e penalmente relevante do bem jurídico tutelado.

O princípio da insignificância reduz o espaço de proibição aparente da tipicidade legal e, por consequência, torna atípico o fato na seara penal, apesar de haver lesão a bem juridicamente tutelado pela norma penal.

5. Pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, “para a

**HC 133984 / MG**

*incidência do princípio da insignificância devem ser relevados o valor do objeto do crime e os aspectos objetivos do fato, tais como a mínima ofensividade da conduta do agente, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica causada” (HC n. 109.739, de minha relatoria, DJ 14.2.2012).*

6. Não desconheço a jurisprudência deste Supremo Tribunal sobre o delito de porte de munição de uso restrito, tipificado no art. 16 da Lei n. 10.826/2003, ser crime de mera conduta (HC n. 127.652-AgR, Relator o Ministro Teori Zavascki, DJe 17.6.2015; RHC n. 123.553-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJe 22.10.2014; entre outros).

7. Entretanto, na espécie vertente, a análise dos documentos pelos quais se instrui o pedido e dos demais argumentos articulados na inicial demonstra a presença dos requisitos essenciais à incidência do princípio da insignificância e a excepcionalidade do caso a justificar a flexibilização da jurisprudência acima mencionada, sendo determinante para o deslinde de controvérsia, como a dos autos, o relevo do bem jurídico tutelado diante da específica situação cuidada.

8. O Paciente foi denunciado pela prática do delito do art. 16, *caput*, da Lei n. 10.826/2003, pois, no *“dia 11 de julho de 2009, por volta das 22:00 horas, na rua Encanador, bairro Planalto, nesta cidade, (...) portava, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, uma munição de uso proibido, especificamente um cartucho calibre 0.40 marca S & W”*.

9. A conduta atribuída ao Paciente aparenta ser materialmente atípica, pois não está caracterizada a lesão ou ameaça de lesão ao bem jurídico tutelado pelo art. 16, *caput*, da Lei n. 10.826/2003, nos termos do que assentado pela Quarta Câmara Criminal do Tribunal do Justiça de Minas Gerais, ao proferir o acórdão reformado no Superior Tribunal de Justiça e que pretende a defesa seja restabelecido, no qual se tem:

*“Após a regular instrução, o d. Juiz de primeiro grau julgou*

**HC 133984 / MG**

*procedente a ação penal.*

*Saliente-se que a materialidade e a autoria do delito restaram comprovadas.*

*Não obstante, em sede de habeas corpus de ofício, deve ser reformada a r. sentença condenatória proferida.*

*Não se olvida do entendimento, inclusive majoritário, do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que o porte de munições, ou de arma desmuniada, tipifica a infração penal, descrita no art. 16 da Lei 10.826/03 (...).*

*No que tange à arma desmuniada, comungo do entendimento de que a sua posse já configura o delito, pois se trata de incriminação da mera conduta, desprezando-se a exigência de produção de resultado naturalístico. Ademais, não se pode olvidar que a arma de fogo representa um instrumento eficiente para alcançar objetivos espúrios, pois intimida, constrange, violenta, transformando-se assim em um risco objetivo à paz social. Do mesmo modo, o porte de várias munições, em um contexto que indique que o agente possa delas fazer uso, merece a punição estatal, pois representa perigo de lesão ao bem jurídico tutelado.*

*Contudo, no caso vertente, não se pode olvidar que o recorrente portava apenas 01 munição de calibre 40.*

*Tal conduta não representa qualquer lesão, ou mesmo perigo de lesão aos bens jurídicos tutelados pela norma, seja imediato, incolumidade pública, ou mediatos – vida, integridade física, patrimônio, liberdade, dentre outros.*

*Assim, para não adotar medida desarrazoada, completamente despida de bom senso, hei por bem dar provimento ao recurso, reformando a sentença que condenou o recorrente mediante o fundamento de atipicidade material da conduta, eis que a apreensão de 01 (uma) munição de calibre 40 com o apelante não representa qualquer ofensa ao bem jurídico tutelado. Saliente-se que tal entendimento não denota qualquer equívoco (...).*

*Em remate, vale consignar que a intenção do réu não era usar a munição para fins ilícitos, mas fazer um pingente para servir-lhe de adorno”.*

**HC 133984 / MG**

**10.** A conduta do Paciente não resultou em dano ou perigo concreto relevante para a sociedade, de modo a lesionar ou colocar em perigo bem jurídico na intensidade reclamada pelo princípio da ofensividade. Não se há subestimar a natureza subsidiária, fragmentária do direito penal, que somente deve ser acionado quando os outros ramos do direito não forem suficientes para a proteção dos bens jurídicos envolvidos.

**11.** Pelo exposto, diante da incidência do princípio da insignificância, **voto pela concessão da ordem para confirmar a liminar deferida e restabelecer a decisão da Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, proferida no julgamento da Apelação Criminal n. 1.0702.09.603123-3/001, pela qual se absolveu o Paciente, com base no art. 386, inc. III, do Código de Processo Penal, por não perceber lesão ou ameaça de lesão ao bem jurídico tutelado pelo art. 16, *caput*, da Lei n. 10.826/2003.**

**Comunique-se o teor desta decisão ao Superior Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais e ao Juízo da Terceira Vara Criminal da Comarca de Uberlândia/MG.**

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 133.984**

PROCED. : MINAS GERAIS

**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**

PACTE.(S) : RENATO DE DEUS VIEIRA

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** A Turma, por votação unânime, **deferiu** o pedido de **habeas corpus** para **confirmar** a liminar **deferida e restabelecer** a decisão da Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, proferida no julgamento da Apelação Criminal n. 1.0702.09.603123-3/001, pela qual se **absolveu** o Paciente, com base no art. 386, inc. III, do Código de Processo Penal, por não perceber lesão ou ameaça de lesão ao bem jurídico tutelado pelo art. 16, *caput*, da Lei n. 10.826/2003, **nos termos** do voto da Relatora. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 17.5.2016.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli, em face da participação no XXVIII Fórum Nacional, promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE), realizado na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Deborah Duprat.

Ravena Siqueira  
Secretária